

a compra e fazer cumprir tão inteiramente como nela se contém:

Prefeitura Municipal de Juiz, 3 de dezembro de 1956.

João Veiga  
Prefeito Municipal

Idelfonso de Jesus  
Secretário

### Lei nº 159

Concede contribuição anual para matrícula e manutenção de alunos pobres em estabelecimentos de ensino e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz decreta e em sancionando a seguinte lei:

Art. 1º - Dica a Prefeitura Municipal autorizada a conceder à Saróquia de P. S. do Barro de Juiz a contribuição anual de R\$ 40.000,00, destinada a custear as despesas com matrícula e manutenção de alunos pobres em estabelecimentos de ensino de grau médio, incluídos o secundário e comercial localizados nesta cidade, legalmente constituídos, com personalidade jurídica.

Art. 2º - A escolha e indicação do nome dos alunos a serem premiados, em cada ano letivo, ficam a critério do Gerente da Saróquia local, a quem caberá estabelecer as condições necessárias para a obtenção dos favores previstos por esta lei.

Parágrafo único. Obrigatoriamente, reservam-se 30% da contribuição anual em benefício de alunos filhos de funcionários municipais, também indicados pelo próprio <sup>3º</sup> ~~funcionário~~ <sup>funcionário</sup>, os quais se sujeitarão às condições estabelecidas para os demais alunos e, se reprovados em exames realizados pelo respectivo estabelecimento de ensino, perderão o direito ao benefício instituído por esta lei para o ano letivo subsequente.

Art. 3º - O pagamento da contribuição referida no artigo 1º, será feito dentro do 1º semestre do exercício em curso, diretamente ao Gerente <sup>3º</sup> ~~funcionário~~ <sup>funcionário</sup> da Secretaria de P. S. do Estado de Juiz, para o que a Prefeitura considerará no orçamento anual a dotação necessária.

Art. 4º - O estabelecimento de ensino em que houver aluno matriculado em virtude do disposto nesta lei, encierrará anualmente, nessa relação à Prefeitura Municipal, declarando sua idade e filiação dos alunos beneficiados.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor no dia 1º de janeiro de 1957.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Jucos, 3 de  
 dezembro de 1958.  
Pão Rezende Albino Teixeira Admon  
 Prefeito Municipal Secretário

Lei nº 60  
 Dá a receita e fixa a despesa  
 para o exercício de 1958

A Câmara Municipal de Jucos decreta e em consequência a seguinte lei:

Art. 1º - A receita do Município de Jucos para o exercício de 1958 é orçada em Cr\$ 2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil cruzeiros ---), de acordo com a seguinte discriminação:

| Código<br>geral | Designação da receita                                                               | Ofetura | Montação<br>tributária | Total |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------------------|-------|
|                 | Receita Ordinária                                                                   |         |                        |       |
|                 | Receita Tributária                                                                  |         |                        |       |
|                 | a) - Impostos:                                                                      |         |                        |       |
| 0 11 1          | Imposto Territorial                                                                 |         | 0 000,00               |       |
|                 | Imposto Territorial urbano                                                          |         | 38.000,00              |       |
| 0 12 1          | Imposto Predial                                                                     |         | 58.000,00              |       |
| 0 17 3          | Imposto de Indústria e Comércio                                                     |         | 450.000,00             |       |
| 0 18 3          | Imposto de Licença                                                                  |         |                        |       |
|                 | Imposto de licenças diversas                                                        |         | 44.000,00              |       |
| 0 19 7          | Imposto s/ atos da administração<br>do Município em assuntos<br>de sua competência: |         |                        |       |
|                 | Taxa de expediente                                                                  |         | 80.000,00              |       |
| 0 26 3          | Imposto s/ Turismo e Hospedagem                                                     |         | 2.000,00               |       |